

# Sarney retoma luta pelos 5 anos

Gov. atende pleitos para ampliar seus 304 votos na Constituinte



O Governo conta com a articulação dos ministros ACM, Prisco, Borges...



... Irís, Barbalho e Costa Couto na defesa do mandato de cinco anos

O governo já iniciou grande articulação com o objetivo de consolidar e, se possível, ampliar o grupo de 304 constituintes que garantiu a aprovação do mandato de cinco anos e presidencialismo no texto permanente, quando estiver sendo votada especificamente a duração do mandato do atual presidente da República no capítulo das Disposições Transitórias, o que se acredita venha a ocorrer dentro de 15 dias.

Segundo informações de alguns dos mais íntimos aliados do presidente da República, essa operação está sendo comandada pelos ministros Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana, Borges da Silveira, Irís Rezende, Jader Barbalho e Ronaldo Costa Couto, pelas lideranças governistas no Congresso e alguns empresários que se dispõem a ajudar a articulação para evitar pleito presidencial em 88.

## ATENDIMENTO

O senador Saldanha Derzi, líder do governo no Senado, julga possível ampliar o número dos que votaram a favor dos cinco anos no texto permanente. Lembra o senador pelo PMDB de Mato Grosso do Sul que 16 constituintes que faltaram à votação do dia 26 de fevereiro deste ano deverão estar presentes na votação do mandato nas disposições transitórias.

Ele acredita, ainda, que muitos dos que votaram pelo parlamentarismo com mandato de quatro anos também evoluíram para os cinco anos. O governo, através dos ministros e das suas lideranças, iniciou um programa de atendimento

a pleitos os mais diversos dos parlamentares em seus respectivos Estados, visando a consolidar a formação que lhe garantirá a fixação da próxima eleição presidencial para 89 e, portanto, 5 anos de mandato.

— Estamos atendendo os pleitos dos nossos amigos, o que é fato corriqueiro em política. Uma vez decidida essa questão, o Presidente estará livre e desembaraçado para imprimir uma ação mais vigorosa ao governo no combate à crise econômica — afirmou o senador Saldanha Derzi.

O senador Edison Lobão, um dos vice-líderes do governo no Senado, acredita que, uma vez definida essa questão embaraçosa, o presidente Sarney estará livre para mudar o País, começando por modificações substanciais em todos os escalões da máquina administrativa, mas em perfeita sintonia com o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães.

O senador Alvaro Pacheco acredita francamente na hipótese de ampliação do grupo que apoiou o mandato de cinco anos no texto permanente — 304 constituintes. Para isso, afirma que o governo está trabalhando de forma coordenada, no atendimento aos pleitos de seus aliados e correligionários. Os governadores, os Ministros mais ligados ao Presidente (Antônio Carlos, Prisco Viana, Jader Barbalho, Borges da Silveira, Irís Rezende e Ronaldo Costa Couto), assim como as lideranças trabalham ativamente nessa articulação.

Entre os governadores mais importantes nesse trabalho, cita-se o mineiro

Newton Cardoso, esperado hoje em Brasília para ter um almoço com a bancada mineira do PMDB, quando não só fará um apelo para que todos o ajudem a derubar no plenário da Constituinte a proposta de divisão de Minas Gerais com a criação do Estado do Triângulo, como reafirmará seu apoio ao mandato de cinco anos para Sarney.

Além daqueles ministros, o Palácio do Planalto está atribuindo ao Ministro das Minas e Energia importante papel no trabalho de harmonização interna do PFL, comprometido com a nota de solidariedade de ao líder destituído, senador Carlos Chiarelli, que foi assinada pelo próprio presidente do partido, Marco Maciel e mais quatro senadores dissidentes.

O Ministro das Minas e Energia vem defendendo coerentemente a fixação da próxima eleição presidencial em 1989, com mandato de cinco anos para o atual presidente da República. Dentro do PFL registra-se a irriiação de Aureliano por não ter o senador Marco Maciel lhe comunicando previamente a emissão da nota de solidariedade a Chiarelli.

Marco Maciel explica que, na véspera de distribuição daquela nota, esteve com Aureliano mas ao lado do general Ernesto Geisel não lhe cabendo tocar em assunto constrangedor, para o momento. Muitos políticos no PFL acreditam que o senador pernambucano perdeu as condições para continuar na presidência do partido, havendo um grupo que articula o nome do deputado Ricardo Fluzza para substituí-lo.

## Oposição pode não conseguir bloco no Senado

O senador Mendes Canalle (PMDB-MS) espera obter hoje as últimas assinaturas necessárias à formalização do bloco majoritário de oposição no Senado Federal. Para o líder peemedebista Fernando Henrique Cardoso, contudo, o bloco pode não sair devido a um dispositivo regimental que impediria o ingresso dos seis antigovernistas do PFL. Pelas normas do Senado, a existência formal de blocos depende de coalizão entre partidos políticos, e não do agrupamento individual de senadores. Seria preciso, portanto, que o líder pefelista também assinasse o requerimento — o que evidentemente não ocorrerá, já que o senador Marcondes Gadelha é ligado ao Planalto.

Fernando Henrique também questiona a utilidade do bloco oposicionista, lembrando que a sua formalização não é necessária sequer para retirar o senador Saldanha Derzi, líder do Governo no Senado, da liderança da maioria. "Ele só ocupa o cargo por uma gentileza minha e do Chiarelli (Carlos Chiarelli, ex-líder do PFL). Basta um requerimento dirigido à mesa para que o lugar volte às minhas mãos", advertiu o parlamentar.

O importante, na opinião de Cardoso, é que o Senado é hoje, por sua maioria, claramente antigovernista. "Basta observar os discursos proferidos da tribuna, quase todos de críticas à atuação do Governo. Poucos são os que se levantam para tentar defender o Planalto", acrescentou.

### BLOCO

Apesar das dúvidas regimentais levantadas pelo líder peemedebista, o senador Mendes Canalle continua insistindo na formalização da nova ala de senadores, que a seu ver terá cerca de 40 integrantes — a maioria absoluta daquela Casa do Congresso é de 37 membros.

Canalle negou-se a mostrar a sua lista de subscritores, mas admitiu que os seis pefelistas de oposição ainda não endossaram o documento, o que deverá ocorrer ainda hoje. "Eles estiveram envolvidos nos últimos dias com esta questão da mudança de líder, além das reuniões para adiamento da convenção partidária", justificou-se o senador mato-grossense.

Ele não comunga dos temores de Fernando Henrique quanto a impedimentos regimentais e chegou a anunciar a realização, provavelmente amanhã, de uma reunião para a eleição do líder do bloco. Não há um programa de ação imediata, mas os oposicionistas já estariam unidos em torno de pontos básicos para a solução dos problemas nacionais: lutar contra o pacote de decretos governamentais, intensificar os trabalhos da CPI da Corrupção e da recém-instalada Comissão de Fiscalização e Controle e, acima de tudo, apoiar o mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

A expectativa da Oposição é de que, mesmo não sendo oficializado como bloco, a maioria oposicionista no Senado criará sérias dificuldades aos interesses do Governo no Congresso. O detalhe é que, embora articulado apenas nos últimos dias, o bloco de senadores pode surgir antes do tão propalado bloco governista na Câmara — que esbarrou no mesmo obstáculo regimental levantado por Fernando Henrique Cardoso: a necessidade da adesão formal de partidos.

## Ministro tem constrangimento

O ministro Aluizio Alves, da Administração, foi ontem uma vítima da surpresa da guerra existente no Senado entre governistas e antigovernistas. Apesar dos elogios e agradecimentos, o ministro não concluiu seu depoimento em plenário porque o senador João Menezes (PFL-PA), vice-líder do governo, provocou a retirada da tribuna de inquiridores do ex-líder do PFL, senador Carlos Chiarelli (RS).

A represália dos antigovernistas foi a de esvaziar o plenário e pedir através do senador Itamar Franco (MG) verificação de quorum. Como estavam em plenário apenas nove dos 72 senadores, a sessão foi suspensa, e apresentado, informalmente, pedido de desculpas ao ministro da Administração, convocado pelo Senado.

Assim que o ministro terminou sua exposição, o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), 1º Secretário, chamou o primeiro inscrito para interrogá-lo, o senador Nelson Wedekin (PMDB-SC). A praxe, nessas ocasiões, é de ser o primeiro subscritor do requerimento de convocação quem inicia os debates. Essa praxe foi recordada pelo líder do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), e comunicada ao senador Jutahy Magalhães, que con-

## Irapuan diz que Centrão está unido

O Centrão vai continuar defendendo os seus princípios na Assembléia Nacional Constituinte mesmo depois de ter sido abalado por algumas derrotas no título da Ordem Econômica. A opinião é do senador Irapuan da Costa Júnior (PMDB-GO), um dos principais líderes do grupo, segundo o qual essas derrotas não conseguiram atingir a unidade de um grande número de parlamentares que defende politicamente os mesmos ideais.

Para ele, o futuro vai dizer quem estava com a razão: ou a sensatez defendida pelo Centrão ou o nacionalismo exagerado que tomou conta dos constituintes na votação do artigo que trata da exploração mineral no País.

O senador Irapuan da Costa Júnior acha que as próprias empresas nacionais "que se juntaram às esquerdas para aprovação do artigo", sofrerão futuramente sérios problemas econômicos, além dos tecnológicos.

Sobre a questão fundiária, o senador Costa Júnior defende a proteção para a propriedade produtiva, assim como que as benfitorias nela existentes sejam pagas em dinheiro, ficando a desapropriação da terra com os títulos da dívida agrária (TDA).

## Ministros concluem: nada mudou

A questão do mandato presidencial foi o tema que absorveu a maior parte do tempo da reunião de ontem entre o presidente José Sarney, seis ministros, os líderes do Governo no Congresso e o ministro-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Thales Ramalho. O objetivo do encontro foi avaliar a conjuntura política, segundo informou o porta-voz do Governo, Carlos Henrique Almeida Santos.

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, revelou que vários assuntos foram analisados, como vem acontecendo rotineiramente. Disse, no entanto, que a

questão do mandato do presidente Sarney mereceu uma atenção especial diante do movimento que vem surgindo na Constituinte, através do qual seus porta-vozes garantem a aprovação dos quatro anos para o presidente Sarney.

### IRREAL

Prisco Viana afirmou que não sabe de onde os integrantes desse movimento buscaram respaldo para afirmar que a situação do mandato tenha sofrido qualquer alteração desde a votação de março que aprovou o presidencialismo e cinco anos para os presidentes da República. "Todos os dados que anali-

samos nessa reunião indicam que deverá se repetir o resultado para o mandato do atual Presidente, ou seja, cinco anos para o presidente Sarney", garantiu Prisco Viana.

Participaram da reunião política de ontem com Sarney: ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, ministro da Habitação, Prisco Viana; ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães; Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho; ministro da Educação, Hugo Napoleão; ministro Thales Ramalho e os líderes Carlos Sant'Anna, na Câmara, Saldanha Derzi, no Senado, e José Lourenço do PFL.

## Empréstimos podem ser liberados

Para garantir o engajamento dos governadores na mobilização para aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, o governo está estudando a revisão da resolução do Banco Central, que congelou os empréstimos das instituições financeiras aos estados, deixando insatisfeitos os chefes dos executivos estaduais. A informação é de um parlamentar ligado ao presidente José Sarney, ao informar que o governo já começa a trabalhar para aparar arestas com gover-

nadores insatisfeitos pelo não atendimento de reivindicações.

Outros parlamentares engajados na base de sustentação do governo, como o senador Edison Lobão (PFL/MA) e o deputado Basílio Villiani (PMDB/PR), confirmaram para a próxima semana o início de um esquema mobilizando governadores. O Palácio do Planalto confia num trabalho intenso de Newton Cardoso, Orestes Quêrcia, Alvaro Dias e Pedro Ivo.

Na área parlamentar, os governistas admitem estar tendo problemas localizados mas sem importância, no trabalho de convencimento dos constituintes. Relatam, por exemplo, que a bancada do Distrito Federal tem se mostrado especialmente resistente a votar nos cinco anos.

Por enquanto, o governo só computou duas claras dissidências entre aqueles que votaram nos cinco anos para o mandato permanente, os deputados Hélio Manhães (PMDB/ES) e Antônio Gaspar (PMDB/MA).